

Entrevista

Luciane Aparecida de Souza*
lucianeape@gmail.com

Vanessa Titonelli Alvim**
titonelli.vanessa@yahoo.com.br

*Coordenadora Pedagógica da SME de Comendador Levy Gasparian / RJ e Profª Substituta no curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFJF / MG.

**Graduada em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da UFJF/ MG.

Artur Gomes de Moraes é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1981), com mestrado em Psicologia (Psicologia Cognitiva) pela mesma instituição (1986) e doutorado em Psicologia pela Universidad de Barcelona (1996). Fez pós-doutorado na Universidad de Barcelona e no INRP-Paris (2005). É professor titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, onde atua também no CEEL- Centro de Estudos em Educação e Linguagem e na Pós-Graduação em Educação.

RPL: Como sistematizar o ensino da ortografia que, comumente, é ministrado através de atividades mecânicas, dentro de uma proposta que tome o princípio do "alfabetizar letrando"?

Artur Gomes de Moraes: Penso que um primeiro passo é definir, nos coletivos educacionais (escolas, redes de ensino), metas para cada etapa do ensino fundamental, partindo de um diagnóstico realista sobre quais dificuldades ortográficas a maioria dos alunos pode dominar, em cada ano ou série da escolarização inicial. É claro que a sistematização do ensino de ortografia, em minha opinião, só faz sentido quando as crianças estão plenamente alfabetizadas, isto é, com um automatismo mínimo das correspondências letra-som, que lhes permita compreender textos curtos e produzir textos também curtos, nos quais, apesar dos erros, podemos ler e ter acesso ao que desejam comunicar. Uma segunda questão, para definir o que ensinar primeiro e o que ensinar depois e, sobretudo, para definir como ensinar, adequadamente, as

diferentes dificuldades de nossa norma ortográfica, é ajudar os professores a conhecer, de maneira mais aprofundada, como aquela norma está organizada, para que venham a ajustar melhor as atividades de ensino. Avalio que, só com este entendimento, quem ensina pode substituir os exercícios repetitivos e pouco produtivos de “treino ortográfico”, ainda tão usados pelas escolas privadas, por algo mais reflexivo e eficaz.

RPL: Quais conhecimentos o professor alfabetizador deve ter para planejar intervenções que tomem o ensino da ortografia numa perspectiva reflexiva?

Artur Gomes de Moraes: Bom, a questão diz respeito não só (ou prioritariamente) aos que se ocupam da alfabetização, mas, penso, envolve todos que estão responsáveis pelo Ensino Fundamental e Médio. Como mencionava há pouco, creio que é necessário o professor saber distinguir os diferentes tipos de relação letra-som regulares de nossa norma e identificar os casos irregulares. Isso permite ver que os mecanismos de aprendizagem exigidos por aqueles diversos tipos de dificuldades ortográficas são variados e que, portanto, muitas questões deverão ser aprendidas através da compreensão e da capacidade de o aluno gerar (e não decorar) regras, que ele poderá aplicar na escrita de novas palavras. Ao lado disso, o professor passa a entender que outras dificuldades ortográficas, os casos irregulares, não têm explicação através de uma regra ou princípio gerador e que, aí, sim, o aluno terá que memorizar. Neste âmbito específico, o das irregularidades, os professores podem se tornar mais sensíveis à ideia de que não faz sentido, em pleno século XXI, com todos os recursos da informática – e com todos os dicionários impressos ou on line –, ocupar as mentes dos alunos com a memorização de palavras que eles não vivem lendo e que, nunca ou quase nunca, usarão, ao produzir textos. Finalmente, essa compreensão de como a norma está organizada e da adequação de usarmos diferentes estratégias de ensino para os diferentes tipos de dificuldades ortográficas ajuda a vincular a avaliação ou aferição do rendimento ortográfico à realização de um ensino sistemático de ortografia. Fazer ditado de um texto e depois colocar os aprendizes para copiar n vezes cada palavra onde erraram em dificuldades de todo tipo (regulares e irregulares)

não me parece algo que se deveria chamar "ensino de ortografia". É uma verificação grosseira, sem ter base no que foi efetivamente ensinado e sem critérios quanto ao que, em cada momento da escolarização, os alunos deveriam aprender.

RPL: Cite alguns exemplos de atividades que podem ser utilizadas pelo professor alfabetizador dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, no trabalho com as irregularidades ortográficas.

Artur Gomes de Moraes: Quando você me pergunta sobre os "três primeiros anos do Ensino Fundamental", julgo que é preciso reiterar: para mim, um ensino sistemático de ortografia só faz sentido para alunos que já estão alfabetizados, que já consolidaram um mínimo de autonomia nas competências de ler e produzir textos curtos. Enquanto se alfabetizam, as crianças não devem ser enganadas, e precisamos tratar os casos de irregularidade "às claras": sim, o JI em "jiboia" tem o mesmo som que o GI de "girafa", "algumas letras têm mais de um som" e... esta é a realidade. Quando as crianças já estão dominando a base alfabética, todas as atividades que temos proposto partem do princípio de que, no caso das irregularidades, também cabe ao aluno tomar consciência do que está aprendendo. Se, nos casos das regularidades, cabe descobrir, explicitar (de forma consciente) e registrar (por escrito) as regras descobertas, no caso das irregularidades cabe tomar consciência de que não há regras e que aquilo precisa ser memorizado. Em algumas situações, julgamos produtivo criar pequenas listas de palavras, que envolvem determinadas dificuldades, nas quais os alunos estão se enganando muito (por exemplo, palavras com H inicial ou palavras que começam com S ou C) e combinar com a turma para, dentro de um prazo x, memorizarem as palavras daquela lista. É claro que a lista só deve conter palavras de uso muito frequente, que eles vão, de fato, precisar escrever. Contudo, mais que atividades específicas, como esse uso de listas de palavras, penso que, no caso das irregularidades, o importante é ensinar os alunos recém-alfabetizados a usar o dicionário e a incorporar a sua consulta como algo natural. Algo que pode ser feito e que, futuramente, deve se tornar obrigatório no momento de reescrita ou edição final dos textos que produziram.

RPL: Como o trabalho com a reescrita pode contribuir para o aprendizado das irregularidades ortográficas?

Artur Gomes de Morais: Para não ser mal interpretado e acusado de superestimar o lugar da ortografia no ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, insisto no fato de que a reescrita de um texto, até sua edição final, precisa dar conta dos aspectos ligados à textualidade (recursos de coerência, coesão, adequação do léxico, grau de informatividade que o gênero textual em pauta deve conter, dentre outros itens) e nunca limitar-se apenas aos aspectos normativos (que, além da ortografia, englobam detalhes importantes como a concordância verbo-nominal, o emprego dos tempos verbais e a regência). É exatamente por isso que, desde o final da década de 1990, eu me opunha a certas propostas de ensino de língua, que limitavam o tratamento da ortografia ao momento de revisão ou reescrita de textos de autoria dos alunos. E eu já cobrava que as questões regulares de nossa norma passassem a constituir objeto específico e sistemático de ensino, em momentos em que os alunos refletissem sobre palavras, fora do circuito leitura/debate/produção/revisão de textos. Mas, voltando para sua pergunta, penso que a reescrita de textos e, principalmente, a etapa de edição final dos mesmos, é uma ocasião na qual os alunos precisam ser ajudados a internalizar um cuidado com a apresentação de seus escritos. Nessa hora, tomar consciência sobre quais palavras poderiam estar grafadas de modo errado (ou atentar para os sublinhados coloridos que o processador de textos denuncia) é não só um dado para a consulta ao dicionário como para a incorporação de atitudes: de respeito ao leitor, de desejo de persuadir o leitor de modo eficiente, de evitar ser objeto de preconceito linguístico (algo sempre tão forte, para com quem divulga mensagens escritas, sem seguir a norma ortográfica).

RPL: É muito comum, nos cursos e encontros de formação continuada, o professor da escola básica se queixar da dificuldade em trabalhar com atividades de reescrita em turmas numerosas, com alunos em diferentes níveis de apropriação do SEA. O que você considera sobre tal reclamação? Isso é realmente um empecilho para o trabalho com a reescrita?

Artur Gomes de Moraes: Bom... entendo que a produção de textos dificilmente pode ser uma atividade diária nas séries iniciais e que a reescrita é necessária no caso dos textos que vão ser divulgados, que terão circulação, mesmo que entre colegas, nas salas de aula. Obviamente, no caso de crianças que ainda não escrevem num nível alfabético, não vejo muito sentido em falarmos em reescrita. Se queremos que suas produções sejam lidas, o que faremos é assumir o papel de escribas ou "tradutores" de seus textos, numa notação que é não só alfabética, mas que segue a norma autorizada. No caso das crianças que já escrevem, usando a maioria das convenções som-grafia, e que cometem muitos erros de ortografia, penso que é produtivo trabalharem em duplas e, sempre, assegurar que o que revisaram vai, em seguida, ser lido por um(a) colega, que fará sugestões. Isto, penso, ajuda a criar um espírito de maior cuidado, reduz o ímpeto do aluno-autor querer livrar-se, rapidamente, da tarefa de reescrita, já que ele sabe que seu texto será, de fato, lido por outras pessoas e que seus pares vão poder opinar e sugerir mudanças. Enfatizo dois aspectos: nisso tudo, em primeiro lugar, não podemos nunca limitar a reescrita a um "passar a limpo para ficar conforme a norma ortográfica"; a melhoria do texto, no âmbito da textualidade, tem que ser garantida. Em segundo lugar, aprender a reescrever é também (e muito!!) um aprendizado atitudinal, que só adquire sentido se o aprendiz vê que seu texto vai, realmente, ser lido por diversas pessoas.

RPL: Você acredita que houve avanço na abordagem que hoje é dada ao ensino da ortografia nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa? Qual a contribuição do PNLD nesse processo?

Artur Gomes de Moraes: Assim como aconteceu e acontece em outros eixos didáticos da área de Língua Portuguesa, creio que o PNLD tem tido um efeito benéfico também no que diz respeito às propostas que os livros didáticos (LDs) apresentam para o ensino dos "conhecimentos linguísticos" e, mais especificamente, de ortografia. Analisando as propostas de ensino de ortografia que apareciam em LDs aprovados até o PNLD 2004, encontrávamos, às vezes, muitas lacunas ou um tratamento pouco reflexivo, que embaralhava questões regulares e irregulares de nossa norma, sem critérios. Felizmente, nas últimas

edições do PNLD, temos visto uma tendência de os livros aprovados organizarem um ensino bem mais cuidadoso e sistemático da norma ortográfica. Se os professores de uma escola (ou rede de ensino) escolherem, com atenção, boas coleções de LDs, entendo que terão uma boa ajuda no ensino de leitura, de produção de textos, da oralidade e... da ortografia.

RPL: Quais pesquisas vêm sendo realizadas, atualmente, que podem contribuir com a prática pedagógica do professor, a fim de oferecer parâmetros que irão de encontro ao modelo de atividades voltadas para concepção tradicional (cópias, memorização, repetição,...)?

Artur Gomes de Moraes: Dos anos 1990 para cá, felizmente, temos visto diversos trabalhos estudando o tema ortografia, feitos por pesquisadores (e pesquisadores em formação) nos campos da educação, da psicologia, da linguística, da fonoaudiologia. Se alguém quiser se habilitar a fazer um estado da arte da pesquisa brasileira, hoje disponível sobre esse tema amplo, abrangendo tantos campos do saber, vai ter uma tarefa nada simples. Mas, sempre há o que descobrir, como acontece com todos os fenômenos ou objetos que pesquisamos. Focando sua questão específica, penso que, se já dispomos de estudos evidenciando, com procedimentos metodológicos rigorosos, a eficácia de “didáticas da ortografia” que promovem a reflexão sobre a norma, precisamos avançar mais na compreensão de como o professor se apropria dessas informações de pesquisa, precisamos entender que tipo de ajustes os docentes necessitam ou conseguem fazer para conciliar as necessidades de seus alunos com o que propõem os especialistas ou os autores dos livros didáticos, para entendermos por que, às vezes, é difícil sistematizar o ensino de ortografia, por que, quando se consegue tal sistematização, às vezes, se tende a “carregar demais a mão”, esquecendo outras facetas tão ou mais importantes no aprendizado da modalidade escrita da língua.

RPL: Quais referências bibliográficas você indica para os professores que estão em sala de aula, que devem ser trabalhadas por formadores em cursos de formação continuada?

Artur Gomes de Moraes: Diferentes autores têm publicado obras que visam a auxiliar nessa tarefa. Do que é lavra do grupo com que trabalho, o CEEL (Centro de Estudos em Educação e Linguagem) da UFPE, recomendo a obra "Ortografia na sala de aula", que Alexandro Silva, Kátia Melo e eu organizamos, dentro de um convênio com o MEC e que se encontra disponível, gratuitamente, no site **www.ceelufpe.com.br**, já no final do link "publicações". Aliás, para demonstrar que não nos preocupamos apenas com ortografia, no mesmo site, o público poderá consultar ou "baixar", também de forma gratuita, 10 outros livros que produzimos sobre temas variados como "Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética" e "Leitura e Produção de textos na Alfabetização".